



ORIGINAL
ORIGINAL

Editora

Renata Baesso

Apoio/Support

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código de financiamento 001 – 88887.363877/2019-00).

Conflito de interesse

não há conflito de interesses

Recebido

7 ago. 2023

Versão Final

6 dez. 2023

Aprovado

7 fev. 2024

O processo, o projeto e o senso de lugar em experiências de habitação social espanholas: o caso dos *poblados dirigidos*

The process, the project and the sense of place in spanish experiences of social housing: the poblados dirigidos case

Celia Helena Castro Gonsales¹ 

¹ Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: celia.gonsales@gmail.com

Como citar este artigo/How to cite this article: Castro Gonsales, C. H. O processo, o projeto e o senso de lugar em experiências de habitação social espanholas: o caso dos *poblados dirigidos*. *Oculum Ensaios*, v. 21, e249099, 2024. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a9099>

Resumo

Este artigo analisa o espaço urbano em seu amplo espectro dentro do campo disciplinar da arquitetura, qual seja: morfologia, utilização, modos de percepção dos habitantes e significados evocados. No entanto, lança mão de conceitos utilizados na geografia humana e social e na psicologia ambiental, com o fim de analisar a importância do planejamento e das características do espaço físico – mais especificamente do espaço físico projetado –, para sua captação por parte dos moradores como um genuíno lugar. Em outras palavras, argumenta-se neste trabalho que o projeto dos espaços, públicos e privados, especialmente os espaços para atividades coletivas, pode ser um fundamental desencadeador do processo de construção do “senso de lugar” e de “apego ao lugar”. Dois conjuntos habitacionais, *Entrevías* e *Caño Roto*, concebidos em Madrid, em 1956, constituem-se como objetos de estudo. Através de pesquisa bibliográfica, da análise do projeto, da observação empírica e do relato dos protagonistas, procura-se demonstrar a efetividade dessa relação de “reconhecimento” quando uma proposta espacial se dá a partir de um trabalho cuidadoso no âmbito da história e da cultura.

Palavras-chave: Apego ao lugar. Arquitetura e cultura. Espaço urbano. Lugar.

Abstract

*This article analyses urban space in its broad sense within the field of architecture, such as morphology, uses, residents' perceptions and meanings evoked. However, it adopts concepts from human and social geography and environmental psychology, aiming to assess the importance of planning and physical space characteristics – specifically, a designed physical space – for residents to capture this place as genuine. In other words, what is defended in the work herein is that the project of spaces, both public and private, and mainly the ones for collective activities, can be a fundamental trigger in the process of building a “sense of place” and “place attachment”. The object of study are two housing complexes in Madrid, *Entrevías* and *Caño Roto*, conceived in 1956. Based on literature research, project analysis, empirical observation, and narratives by major*

players, we seek to demonstrate the effectiveness of this relationship of “recognition” when a spatial proposal is based on careful work within the scope of history and culture.

Keywords: Place attachment. Architecture and culture. Urban space. Place.

Introdução

Esta investigação tem como escopo o estudo dos espaços públicos/coletivos em urbanizações de interesse social, com o intuito de avaliar suas potencialidades e a capacidade de se transformarem em lugares realmente apropriados para seus moradores.

De todo modo, embora o trabalho esteja focado especialmente no espaço urbano construído, entende-se que a presença humana é o seu complemento e razão de ser, e que o potencial do espaço como verdadeiro habitat pode ser avaliado só a partir do sujeito habitante. O estudo, assim, analisa o espaço urbano em seu amplo espectro dentro do campo disciplinar da arquitetura, qual seja: morfologia, utilização, modos de percepção dos habitantes e significados evocados.

Fundamentalmente, pressupõe-se nesta investigação que um projeto adequado pode contribuir significativamente para a criação de uma importante e contundente conexão do morador, e do grupo social ao qual pertence, com o lugar. Por conseguinte, contribui também para que esse espaço mantenha sua vivacidade ao longo de períodos em que ocorrem significativas mudanças do ser e fazer cotidianos. Ou seja, afirma-se neste trabalho que o projeto dos espaços, públicos e privados, especialmente os espaços para atividades coletivas, pode ser um fundamental desencadeador do processo de construção do que os estudiosos do tema (Altman; Low, 1992; Hashemnezhad; Heidari; Hoseini, 2013; Manzo; Perkins, 2006; Relph, 2009) vão chamar de “senso de lugar” e de “apego ao lugar”².

O objeto de estudo deste artigo está composto por dois conjuntos habitacionais, *Entrevías* e *Caño Roto*, concebidos em 1956 pelos arquitetos Francisco Javier Saenz de Oíza, Francisco Sierra Nava e Jaime Alvear Criado, o primeiro, e Jose Luis Íñiguez de Onzoño e Antonio Vazquez de Castro, o segundo. Ambas as urbanizações fazem parte dos *Poblados Dirigidos de Renta Limitada de Madrid*, na Espanha, construídos nos anos 50 sob o governo de Franco, com intervenção direta do Estado, para absorver os núcleos suburbanos de habitação informal – as *chabolas* –, que se formavam na capital como consequência, principalmente, da grande migração campo-cidade.

Essa experiência madrilenha em habitação social acolheu uma confluência de saberes e sensibilidades nos processos projetuais e construtivos, que lhe proporcionou uma qualidade espacial exemplar e um peculiar caráter, mesmo dentro de um cenário de poucos recursos econômicos e materiais e de um regime totalitário e opressor. Sejam os processos de construção – e autoconstrução –, ou o ânimo juvenil dos arquitetos que os projetaram, ou ainda, a presença da tradição na formação disciplinar espanhola, o certo é que essas e/ou outras “forças” reunidas proporcionaram uma moradia ao trabalhador que chegava a Madrid, cujas qualidade e dignidade são reconhecidas até hoje.

Atualmente, essas urbanizações relativamente próximas a áreas centrais da cidade, providas de transporte público bastante eficiente e munidas de infraestrutura e serviços básicos – incrementados a partir 1979, pelo plano municipal *Plan de Remodelación de Barrios de Madrid* e em

² *Sense of place* e *place attachment* no original em inglês.

1994 pelo plano *Proyectos de Rehabilitación* (Cervero Sánchez, 2017) – têm se valorizado no mercado imobiliário madrileno.

Assim, alguns desses conjuntos habitacionais, ocupados inicialmente por uma comunidade de trabalhadores em um contexto de êxodo rural e de grandes dificuldades econômicas, hoje vão sendo habitados por uma população de classe média, provinda de atividades liberais e da esfera do serviço público, com um nível econômico e educativo bastante superior aos dos moradores originais, atraída tanto pelos serviços urbanos presentes nessas zonas como pela qualidade de sua arquitetura e de seus espaços abertos (Martínez Lorea; Maira Vidal, 2019).

Como base da estratégia metodológica, este estudo trabalha com o pressuposto de que foi, em grande parte, o cuidado com o projeto, que neste caso teve como ponto fundamental uma releitura do espaço urbano tradicional, que potencializou – e potencializa ainda – de maneira muito contundente uma relação positiva dos habitantes originários e novos com o seu espaço de vivência do dia a dia. Desse modo, o artigo mostra uma análise que procura aprofundar, através de um estudo de casos, especialmente, os modos em que se dá essa relação entre espaço físico, projetado, e o ato de apropriação por parte do habitante.

Lança-se mão de conceitos utilizados na geografia humana e social e na psicologia ambiental, propondo sua conjugação com conteúdos diretamente ligados à disciplina da arquitetura e do urbanismo. Essa conjugação mostra-se possível ao tomarem-se os aspectos indicados por Altman e Low (1992) através dos quais se dá o vínculo entre as pessoas e os lugares: uma interação de afeto e emoções; conhecimento e crenças; e comportamentos e ações.

O artigo está dividido em duas partes; na primeira, é relatado o estudo das estratégias projetuais presentes nos projetos dos *poblados* e os preceitos que as embasam. Assim, analisa-se a configuração espacial dessas urbanizações e seu processo de desenvolvimento e construção, procurando compreender, com o apoio de pesquisa bibliográfica e do depoimento dos arquitetos participantes, sua relação com a cultura arquitetônica autóctone e com o ideário de modernização presente na Europa.

É importante destacar que muitos estudos e publicações sobre o tema dos *Poblados Dirigidos de Madrid* foram produzidos nas últimas décadas, sendo certo que o estudo aqui apresentado tem uma grande dívida com todos eles.

A tese de Luis Moya (1984), *Barrios de Promoción Oficial construidos en Madrid durante la Dictadura*, de 1976, publicada posteriormente como livro com o título *Barrios de Promoción Oficial, Madrid 1939-1976*, e, principalmente, a obra de Luis Fernández-Galiano, Justo Isasi e Antonio Lopera de 1989, com o sugestivo nome de *La quimera moderna. Los Poblados Dirigidos de Madrid en la arquitectura de los 50*, são obras básicas e fundamentais para uma compreensão do contexto de produção dos *Poblados Dirigidos* e seus resultados práticos.

Mas são as investigações mais recentes que dão ênfase especial à qualidade da arquitetura e dos espaços abertos dessas experiências de habitação social. Entre outras, podem-se citar as teses de doutorado de María del Puig González-Blanch (2013), *Tipología de vivienda em los Poblados Dirigidos de Renta Limitada, Madrid 1956-1959*; José Manuel Calvo Olmo (2014), *El Poblado Dirigido de Caño Roto. Dialéctica entre morfología urbana y tipología edificatoria* e Juan Pedro Sanz Alarcón (2015), *De la ciudad a la estancia. Casas con patio en la vivienda social madrileña (1956-1961): Saénz de Oíza y Vázquez de Castro*.

Cuidadosos e detalhados estudos sobre o tema também têm sido desenvolvidos pelo Grupo de *Investigación de Vivienda Colectiva*, do *Departamento de Proyectos da Universidad Politécnica*

de Madrid, o GIVCO. A coleção *Cuadernos de Viviendas* (2009-) produzida por esse grupo e com publicações desde 2009, tem se dedicado ao estudo e à documentação dos *Poblados Dirigidos* entre outros conjuntos de habitação coletiva.

O livro editado por Andrés Cánovas Alcaraz y Fernando Ruiz Bernal, *Poblado Dirigido de Caño Roto (fases I y II)* (Cánovas Alcaraz; Ruiz Bernal, 2013), é também uma importante obra da segunda década do século XX que documenta e estuda o projeto tanto dos espaços construídos quanto dos espaços abertos.

Alguns dessas obras são referências bibliográficas diretas da investigação aqui apresentada e estão indicadas ao longo do texto. Outras se constituíram em leitura fundamental de embasamento das ideias aqui expostas.

Na segunda parte do artigo, através de uma abordagem mais fenomenológica que observa o lugar conformado pelo objeto e pelo sujeito, o foco é a compreensão da relação entre as estratégias projetuais e o apego ao lugar desenvolvido pelo habitante. Investiga-se, a partir de uma “observação sistemática” (Marconi; Lakatos, 1996) dos espaços coletivos dos conjuntos habitacionais estudados, sua apropriação – no sentido de ocupação e cuidado – por parte dos moradores. Tal observação é apoiada nos seguintes instrumentos: (a) relato das observações – tendo como suporte as categorias teóricas identificadas na análise de projeto, observando os padrões de comportamento ante as diversas categorias espaciais; (b) mapeamento das manifestações (Duarte, 2010) – representação em planta baixa dos usos e do comportamento, das manifestações de afeto, das relações interpessoais e outras manifestações de apropriação do ambiente observado; (c) croquis de campo (Brasileiro, 2007) – desenhos mais livres do observador, croquis e esquemas que representem a situação observada; e (d) conversas com os moradores – relatos de casos cotidianos e de histórias individuais (Duarte, 2010). É importante destacar que existe consciência de que, em uma investigação como esta, como aponta Cristiane Duarte (2010, p. 6), “ao descrever a experiência do habitar na cidade, o arquiteto-pesquisador não consegue deixar de lado sua sensibilidade para a observação do lugar construído”.

O artigo estrutura-se a partir de três conceitos diferentes, mas, como indica Edward Relph (2009), fortemente conectados, quais sejam: “espírito do lugar”, “senso do lugar” e “apego ao lugar”. As qualidades únicas do espaço físico natural ou construído que o dota de uma identidade reconhecível, a percepção do morador desse lugar como seu e o conseqüente desenvolvimento de uma relação emocional e de um vínculo do habitante com o lugar são temas estudados também por vários teóricos ligados ao campo da arquitetura, da psicologia ambiental e da geografia humana, como Altman e Low (1992), Hashemnezhad, Heidari e Hoseini (2013), Manzo e Perkins (2006), Norberg-Shulz (1971, 1976, 1980) e Yi-Fu Tuan (1981, 1990) entre muitos outros.

A intenção deste artigo não é realizar uma revisão bibliográfica exaustiva sobre esses temas, mas tentar avaliar, utilizando esses conceitos, as potencialidades e os limites da relação entre o projeto do arquiteto ou urbanista e o espaço apreendido pelo morador.

A construção de um lugar: o projeto dos *Poblados Dirigidos*

A ideia de espírito do lugar (*genius loci*) é uma concepção da Roma antiga e refere-se a um espírito guardião que dá vida e caráter aos seres e aos lugares (Norberg-Shulz, 1976; Relph, 2009). No entanto, atualmente, o termo adquire uma nuance mais secular e que, diretamente, refere-se à identidade peculiar de espaços naturais ou construídos (Relph, 2009). No que diz respeito ao espaço construído, Christian Norberg-Shulz (1976), lembrando a palavra “habitar” como ato que

relaciona o homem e o lugar, insiste na afirmação de que o interesse pelo *genius loci* tem se mantido como uma realidade viva, mesmo que não referida por esse nome. Faz referência a lugares que se impregnam de um espírito através de uma construção espontânea ao longo do tempo, e a lugares que adquirem seu caráter único através do projeto de um profissional especializado que vai buscar na cultura os elementos que proverão esse espaço de espírito/identidade e que permitirão um habitar mais pleno.

A questão do espírito do lugar ficou relegada a um segundo plano na arquitetura e no urbanismo modernos em prol de um aclamado espírito da época. Desse modo, é somente no segundo pós-guerra, que o propósito de construção de lugares – espaços com qualidades e caráter específicos – como uma alternativa ao espaço abstrato próprio da modernidade voltou a ser assunto frequente no contexto disciplinar.

Grupos como o *Team 10*³, formados na década de 1950, se opunham aos princípios excessivamente dogmáticos defendidos pelas primeiras gerações de arquitetos do Movimento Moderno (Smithson, 1966; Smithson; Smithson, 1953, 1957; van Eyck, 1962). A cidade funcional e seu espaço universal eram criticados com o argumento de que havia a necessidade de uma “reidentificação” do homem com seu habitat. Uma atitude que impunha, como aponta Montaner (1993, p. 30), o desafio de “[...] encontrar uma relação precisa entre forma física e necessidade sociopsicológica das pessoas”.

Contemporaneamente a essas críticas no interior dos CIAM, outras manifestações se fizeram presentes, tanto no continente europeu como americano. O projeto das *New Towns* no Reino Unido, a Internacional Situacionista (IS), os escritos da jornalista estado-unidense Jane Jacobs são ocorrências que tinham em comum a crítica ao ideário universalista do Movimento Moderno e a proposta de um espaço urbano conectado com a cultura local e com a experiência dos habitantes (Jacobs, 1961; Jacques, 2003)

Os arquitetos espanhóis encarregados dos projetos dos *Poblados Dirigidos* pertenciam a essa geração – a chamada terceira geração do Movimento Moderno – que começa a atuar de modo mais efetivo no começo da segunda metade do século XX. Em consonância, de alguma maneira, com os movimentos anteriormente citados, eles eram profissionais, principalmente os projetistas de Caño Roto, que acolhiam uma visão moderna de arquitetura e cidade, mas ao mesmo tempo já tinham um olhar crítico a essa mesma modernidade. Desse modo, distanciavam-se da ortodoxia do modernismo, sem renunciar às conquistas da arquitetura e do urbanismo que haviam se consolidado a partir do começo do século XX⁴.

Assim, os *Poblados Dirigidos* – apesar de idealizados em plena “retomada” da arquitetura e urbanismo modernos na Espanha⁵ – foram conjuntos residenciais projetados a partir de uma

³ Composto pelos arquitetos Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson Georges Candilis Alexis Jovic, Giancarlo De Carlo, Jaap Bakema Ralph Erskine e Shadrach Woods, entre outros.

⁴ Lazcano López (2013) discorre sobre aproximação dos arquitetos de Caño Roto a arquitetos ligados à crítica ao urbanismo moderno, como Peter e Alison Smithson e James Stirling. Já Calvo del Olmo (2014) indica as referências arquitetônicas após a Segunda Guerra Mundial como um marco cultural para a arquitetura espanhola da época. Por outro lado, o próprio arquiteto Antônio Vázquez de Castro, em depoimento à autora (2019), comenta sobre a reflexão que já era realizada na universidade, durante seus estudos de arquitetura, mencionando a insuficiência do urbanismo moderno em termos de diversidade tipológica e espacial e a necessidade da compactação do espaço aberto, como ocorria nos *pueblos* espanhóis, para ocupação mais adequada da população.

⁵ Considerar que a presença do Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo tinha sido bastante criticada, e até reprimida, por arquitetos alinhados ao regime totalitário e conservador de Francisco Franco. Esses profissionais defendiam a construção de uma arquitetura “autenticamente” espanhola, taxando, muitos deles, a arquitetura moderna como “arquitetura marxista” e como “cubismo soviético” (Azpilicueta Astarloa, 2004; Bastida, 1947; Palacios, 1945, p. 405).

modernidade já crítica, cética aos logros da tecnologia e a muitos dos aspectos do projeto de arquitetura e de cidade proposto pelos arquitetos na primeira metade do século XX. Uma modernidade que começava a olhar para o passado com o propósito de usá-lo como referência e que, mesmo mantendo ainda uma abordagem positiva em relação à assepsia do urbanismo dos CIAM, lançava mão do decoro da cidade tradicional.

A dualidade gerada a partir da coexistência de um ambiente disciplinar extremamente conservador — próprio da Espanha franquista — e de um anseio de renovação das gerações mais novas é possível de ser verificada, por exemplo, nas publicações das duas revistas mais importantes da época: a *Revista Nacional de Arquitectura* (1949-1956, n. 85 ao n. 180) e a revista *Cuadernos de Arquitectura* (1948-1956, n. 9 ao n. 28). Quando se observa nas páginas dessas revistas a presença, lado a lado, de uma arquitetura e urbanismo bastante tradicionais, impregnados de referências aos *pueblos* espanhóis, e de urbanizações seguindo os preceitos do urbanismo moderno e da Carta de Atenas, começamos a entender as propostas desenvolvidas no território espanhol nas próximas décadas.

Tal realidade de conceitos opostos — modernidade e tradição — que começavam a dialogar vai ter como um de seus primeiros ensaios os projetos dos *Poblados de Colonización*, frutos de um programa implantado nos primeiros anos do governo franquista com o intuito de fixar a população no campo e instituir um projeto de produção de alimentos. O interessante desse programa é que envolveu jovens e competentes arquitetos, como Alejandro de la Sota e José Luís Fernández del Amo, que viriam a propor uma modernidade aliada a uma linguagem que representava um “espírito do lugar”, a partir de uma clara referência urbanística e figurativa aos tradicionais povoados que pontuavam o território espanhol (Figura 1).



Figura 1 – Poblado de Colonización Vegaviana, 1952. Arquiteto José Luís Fernández del Amo.

Fonte: Acervo da autora.

De la Sota e Fernández del Amo foram os mestres da geração de arquitetos madrilênses responsável pelos projetos dos *Poblados Dirigidos*. As evidências da influência do espaço urbano dos *Poblados de Colonización*, na concepção dos *Poblados Dirigidos*, não somente aparecem a olhos vistos como são confirmadas pelos arquitetos projetistas⁶. Apesar dessa nova geração trabalhar com um processo de abstração formal muito mais enfático, o conceito básico de lugar, presente nos povoados tradicionais e reinterpretado por De la Sota e Amo, era resgatado.

⁶ Ver por exemplo a declaração de Antonio Vázquez sobre a “aproximação” do projeto de Caño Roto à proposta do Poblado de Colonización Vegaviana, projetado por Fernández del Amo, em Cánovas Alcaraz; Ruiz Bernal (2013).

Assim, na Espanha dos anos 50, embora já fosse bastante aceito o urbanismo do Movimento Moderno com edifícios isolados que decompunham a ideia de quarteirão fechado, quando se tratava de agrupamentos residenciais, as referências, principalmente no conservador contexto madrilenho, eram os *pueblos* tradicionais, de traçado pitoresco, pequenas praças e “perspectivas fechadas” (Revista Nacional de Arquitectura, 1949-1956).

No entanto, enquanto a geração anterior estava centrada essencialmente nas referências espanholas, a nova geração, mais afoita às notícias que chegavam do exterior, enriquecia essa possibilidade de aprendizado em contextos tradicionais, nos movimentos críticos anteriormente citados e nos exemplos urbanísticos por estes concretizados.

O *Poblado Caño Roto* (Figura 2) constitui um cenário onde, com muita evidência, esses temas foram abordados, como aponta Vazquez de Castro (2019), um de seus arquitetos – em conversa com a autora: “[...] sim, claro. Os *pueblos* foram referência. Os *pueblos* apresentaram uma estrutura construtiva muito salutar [...]. Há *pueblos* fantásticos. E todos são muito compactos”. Nesse sentido, Íñiguez de Onzoño, também arquiteto deste *Poblado*, declara:

O grande avanço de Caño Roto em relação aos seus contemporâneos, radica no estudo dos espaços exteriores. Foi posto um grande cuidado no projeto das ruas, das praças interiores, dos lugares em desnível, etc. Queríamos dotar de sentido todos os espaços abertos para promover o desenvolvimento do pequeno comércio e da vida comunitária. É possível que esse seja uma das grandes conquistas/ realizações do projeto [...]. A ordenação que propusemos pretendia fugir das ordenações racionalistas de blocos de habitação de quatro ou cinco pavimentos que se estendiam por toda Europa (Calvo del Olmo, 2014, não paginado).



Figura 2 – Poblado Dirigido Caño Roto. Espaços de uso coletivo.

Fonte: Acervo da autora.

Também o projeto do *Poblado de Entrevías* (Figura 3), apesar de seguir um esquema bastante mais homogêneo, mostra em seu traçado uma comunhão entre universalidade e identidade local ao conformar ruas e praças que, de certa forma, fazem muita alusão a uma pequena cidade tradicional. A respeito, declara Sáenz de Oíza, um dos arquitetos responsáveis por sua idealização:

O Fundamento da arquitetura está no lugar, na rua, no meio, na economia, no ocupante [...]. Nós fizemos as coisas como acreditávamos que deviam ser feitas, o melhor que pudemos e levando em conta sobretudo, as pessoas que mais tarde ocupariam as residências (Fernández-Galiano; Isasi; Lopera, 1989, p. 180).



Figura 3 – Poblado Dirigido Entrevías. Espaços de uso coletivo.

Fonte: Acervo da autora.

Nesses conjuntos urbanos, como nas pequenas cidades, a arquitetura é anônima, é fundo de um espaço aberto figurativo (Comas, 1986) que se organiza, dependendo da facilidade e incentivo ao acesso e uso, em espaços públicos e semipúblicos. Esses espaços foram compostos a partir do especial cuidado com a relação e comunicação entre os vários níveis do que Peter e Alison Smithson – líderes do grupo Team 10 – chamaram de “associações humanas” – casa, rua, bairro e cidade (Smithson, 1966, Smithson; Smithson, 1953).

Por outro lado, a ideia de rua como uma entidade visível, finita, apreensível e, por isso, com capacidade de satisfazer as necessidades humanas de identificação e pertencimento, como também apontaram os Smithson (Smithson, 1966, Smithson; Smithson, 1953), estava presente em Entrevías e Caño Roto.

Desse modo, o conceito de lugar construído a partir de uma base interdisciplinar que buscava referências na antropologia e na sociologia e que estruturava a base teórica e projetual de boa parte da crítica dos anos 50 encontrou eco nos *Poblad*os. Trata-se de um lugar com bordas definidas que configura um espaço simbólico seguro e passível de um “habitar” mais pleno (van Eyck, 1962) sustentava as propostas das urbanizações madrilênsas.

Assim, para uma população que vinha, em grande parte, do campo ou de cidades pequenas do interior da Espanha, não somente se propunha uma manutenção da noção de tranquilidade presente nos *pueblos*, como também uma “reidentificação” (Smithson, 1966, Smithson; Smithson, 1953) com a familiar proximidade e interpenetração dos espaços públicos e privados que permitia uma interface fluida bastante natural entre essas duas esferas.

Por outro lado, as diferentes tipologias das casas unifamiliares e a presença de pátios – localizados na porção posterior ou anterior do lote – permitiam inclusive alguma “atividade rural”

como plantação de hortaliças ou criação de animais de pequeno porte. Ademais, as vivendas em L com pátio interno de Caño Roto recuperavam um tipo residencial introspectivo, mais fechado ao exterior, muito próprio da cultura mediterrânea (Calvo del Olmo, 2014).

Em uma surpreendente consonância – dadas as condições de isolamento da Espanha – com o contexto europeu de crítica às propostas mais dogmáticas do Movimento Moderno, os arquitetos dos *Poblados* apostaram na comunhão de uma ideia de “espírito da época” com as peculiaridades do “espírito do lugar” para uma melhor adaptação dos moradores à sua nova casa.

Assim, se apostava em similitudes entre o ambiente habitado anteriormente por essa população e sua nova moradia. Essas atitudes foram muito importantes para uma passagem menos traumática entre habitats aparentemente tão dessemelhantes como o campo e a cidade ou um pequeno povoado e uma grande urbe que se modernizava.

O “senso do lugar” e o “apego ao lugar”: a apropriação nos *Poblados Dirigidos*

Como nos mostra Yi-Fu Tuan (1981, 1990), o conceito de lugar somente ganha significado a partir da presença, ou melhor, da experiência humana. Ou seja, o que esse eminente geógrafo, que se dedicou ao estudo do vínculo das pessoas com o lugar, nos está a indicar é que, sem a pretensão de despertar o sentido do lugar no habitante, qualquer tentativa de projeto do habitat humano perde sua razão de ser. Edward Relph (2009) reforça esse ponto de vista indicando que, se a presença do “espírito do lugar” ligado aos atributos e às características do espaço do habitar, a construção de um “senso de lugar”, diferentemente, depende essencialmente daquele que habita; “[...] senso de lugar é a faculdade pela qual apreendemos o espírito do lugar”, diz o autor (Relph, 2009, p. 25).

Por outro lado, quando um lugar se torna importante para uma pessoa, dá-se, conseqüentemente, um “apego ao lugar”, um dos conceitos, segundo Hashemnezhad, Heidari e Hoseini (2013), mais relevantes na relação entre o lugar e as pessoas.

As questões relativas às intenções e procedimentos projetuais e ao processo de construção e implantação do programa dos *Poblados Dirigidos de Renta Limitada* parecem ter despertado, desde o começo, uma relação emocional do futuro morador com o lugar que habitaria.

Em primeiro lugar, o programa governamental proporcionava um “teto” a uma população extremamente carente em termos de recursos econômicos. Como arquitetos e moradores relatam: “*logo que se fazia a estrutura, sem haver portas, ventanas, as pessoas se punham a viver ali*” (arquiteto Vázquez de Castro, depoimento à autora, 2019); “*quando as paredes e lajes estavam prontos me pediam que os deixasse morar ali*” (arquiteto Jaime de Alvear – Entrevías. Depoimento em Fernández-Galiano; Isasi e Lopera, 1989); “*pagávamos um aluguel muito caro onde estávamos morando. Fomos morar na casa sem janelas nem portas. Meu marido tapava as aberturas com cartões e plásticos*” (moradora de Caño Roto. Depoimento à autora, 2020).

Em segundo lugar, propunha-se a participação do futuro morador tanto nas decisões de projeto, principalmente no projeto da unidade habitacional, como na construção, através de um sistema de mutirão.

Quanto ao primeiro aspecto da “participação”, apesar do esforço dos jovens e entusiastas arquitetos, a atuação do grupo de pessoas envolvidos no programa, na elaboração do projeto, acabou, por circunstâncias várias, ficando bastante limitada. A participação do cidadão nesse tipo de decisão exigiria, como é sabido, instrumentos adequados para o estabelecimento de uma comunicação entre o profissional técnico e o futuro morador que, em sua maior parte, não tinha conhecimento nem da linguagem nem das técnicas de construção. A pressão da urgência

na execução do programa não concedeu o tempo nem o ânimo por parte dos interessados, necessários para que essa operacionalização fosse realizada. Como declara Antônio Vázquez, arquiteto projetista de Caño Roto (Vazquez de Castro, 2019), além da dificuldade de comunicação, a necessidade de moradia era tão premente que o futuro morador não conseguia dirigir sua atenção a não ser para a urgente necessidade de começar a obra: necessitavam de um teto, um abrigo, seja qual fosse.

Deve-se ter em conta que, como destaca Justo Izasi (1989), na Espanha pós-guerra civil, diferentemente de outros países da Europa, a vivenda social não está destinada ao proletariado urbano e politizado, mas ao migrante campesino com pouca consciência política em situação precária e quase sem preconceito quanto à forma do alojamento, estando disposto a qualquer sacrifício contanto de sobreviver na capital que se apresenta como sua tábua de salvação.

Dentro desse cenário e a partir da relação de confiança que se ia estabelecendo entre técnico e morador, a responsabilidade pelo projeto era colocada toda nas mãos do profissional arquiteto. Assim, em uma mostra da importância da possibilidade de escolha dos moradores, os arquitetos – no caso específico de Caño Roto – ofereceram-lhes uma grande gama de opções de seleção entre as várias tipologias projetadas com a intenção que, de alguma maneira, se chegasse a soluções que realmente melhor suprissem as necessidades das famílias.

É importante destacar que os resultados de adequação às necessidades dos moradores dados por esse trabalho projetual eram imediatos: a variedade de tipologias permitia uma distribuição de acordo com a faixa etária, planos de vida, preferências pessoais etc. Como previam os arquitetos, os edifícios de apartamentos, além de aumentarem a densidade das zonas periféricas, com o saldo positivo que isso pode trazer para a vida urbana em geral, permitiam “alojar a população menos arraigada ao lugar: solteiros, famílias sem crianças e, inclusive, idosos”, e, por outro lado, “[...] as [unidades] unifamiliares proporcionavam intimidade, contato com a natureza e ajustavam-se às necessidades de alojamento da população mais estável” (Calvo del Olmo, 2014, p. 110). De maneira geral, como também destaca esse autor, essa proposta também permitiria, a curto e longo prazo, aumentar a diversidade de perfis sociais, proporcionando uma convivência menos socialmente estratificada.

Nesse contexto, o projeto da habitação unifamiliar em suas três tipologias, sensível às contingências da vida, criava a possibilidade, por exemplo, de localizar um dos dormitórios no térreo, permitindo uma adequação dos componentes da família, ao longo do tempo – dificuldade de pessoas idosas subirem escadas – e/ou em função de questões contingenciais – lesões, gravidez etc.

Assim, apesar da impossibilidade do morador tomar parte efetiva nas decisões de projeto, no caso de Caño Roto, a variedade tipológica tanto na habitação unifamiliar como nos edifícios multifamiliares permitiu uma possibilidade de escolha, e assim, uma participação no processo de concepção de sua casa.

Por outro lado, pessoas com pouquíssimos recursos chegavam do campo muitas vezes “com a roupa do corpo”, como expressam alguns moradores, ou estavam morando em *chabolas* - assentamentos informais muito precários. A construção com as próprias mãos de sua casa era a “oportunidade” que o Estado oferecia a essa população sem condições de pagar a taxa inicial exigida em geral nos programas estatais – 20% a 25% do valor da residência a ser construída⁷.

⁷ A *Ley de Vivienda de Renta Limitada* de 1954 permitia que a contribuição inicial (neste caso 20% do custo da obra) fosse paga com a mão de obra dos futuros moradores. Os 80% restantes seriam pagos por uma prestação mensal muito baixa e sem juros por um período que variava de 30 a 50 anos.

Desse modo, a proposta de autoconstrução assistida em sistema de mutirão deu-se de maneira efetiva nas casas unifamiliares dos dois *Poblados* em estudo, criando fortes vínculos afetivos entre aquelas pessoas – os “domingueiros” – que trabalharam em conjunto durante dois anos de sua vida – sacrificando o descanso de domingos e feriados.

Os duros anos de construção de alguma maneira levaram a essa jovem população que ia para a cidade em busca de uma oportunidade de melhoria de suas condições de vida a considerar esse lugar como “seu” – criando um apego através do ato de sacrifício e do forte espírito de grupo desenvolvido na labuta durante período tão dilatado. O depoimento de uma moradora de Caño Roto de 90 anos é testemunho da presença desse espírito: *“vim morar no bairro com 27 anos. Meu marido era domingueiro (fazia as formas). Estávamos noivos, nos casamos e viemos morar em Caño Roto [...]. Os homens trabalhavam em grupos e depois era feito o sorteio [...]. As casas são muito boas. Tive quatro filhos (a vizinha tinha cinco) – as crianças brincavam por aqui”* (moradora de Caño Roto em depoimento à autora, 2020). Outro morador declara: *“daqui ninguém me tira a não ser ‘morto’ [...] Esta casa me custou suor e lágrimas [...].”* (García-Izquierdo Carmena, 2016, p. 78).

O mesmo tipo de relato é dado por morador do *Poblado Entrevías*:

Trabalhei como domingueiro aos 25 anos. Casei-me e vim morar aqui. Passamos a lua de mel por aqui. Sem viagem, sem nada. A vida foi muito dura, trabalhamos bastante. Eu era um operário da construção, minha esposa trabalhava em casa de família no centro da cidade. Tivemos três filhos que já moram em outros lugares – mas continua um lugar agradável de viver (morador de Entrevías em depoimento à autora, 2020)

Fica evidente que essas pessoas têm uma história compartilhada, que foram coparticipantes na construção de um território próprio. Tal relação emocional primeira do morador com seus vizinhos e logo com seu habitat, decorrente do ato de construir sua própria casa dentro de uma realidade de carências de toda sorte, seria o ponto de partida para criar um estado de espírito que facilitasse uma apreensão da conformação, organização e do caráter do espaço urbano-coletivo projetado.

O ambiente familiar – em relação à espacialidade e à cultura em geral, considerando que as pessoas vinham da zona rural ou de cidades muito pequenas do interior da Espanha –, criado através de uma concepção que abordava as novas concepções espaciais internacionais aliadas a um aproveitamento da adequação e decoro do espaço urbano presente nos *pueblos* espanhóis parece ter sido muito desfrutado, como relata uma moradora: *“há 30 anos havia, somente nesta rua, umas 50 crianças. Todos tinham de três a quatro filhos. Havia muita vida, muita alegria e muito barulho também* (fala rindo). *Nos sentávamos muito na rua”* (moradora de Caño Roto em depoimento à autora, 2020).

O senso de lugar presente nas primeiras décadas de ocupação do bairro, expresso nesses depoimentos, foi consequência da apreensão por parte dos moradores do espírito desse lugar cuja manifestação se dava principalmente no espaço urbano-coletivo-público. As ruelas e pequenas praças, a variedade tipológica no caso de Caño Roto e o amplo pátio no interior da casa facilitavam a identificação dos moradores com seu habitat e auxiliavam na adaptação a esse universo totalmente novo da grande cidade. Todos esses elementos eram apaziguadores do brusco processo de urbanização de uma população “obrigada” a mudar-se para a cidade. Naquele momento, essas pessoas podiam até trabalhar em uma grande cidade – na construção, na indústria, nas casas de família no centro – mas voltavam sempre para um território amigável, para um domínio reconhecível: sua “pequena cidade”.

As crianças brincavam em todo o lugar – ou seja, nas ruas de pedestres e nas pequenas praças entre os edifícios – e estudavam na escola no bairro; as pessoas frequentavam largamente

a rua – espaço acolhedor, extensão da casa. Os *poblados* mantinham assim muito daquela vida comunitária do interior que coincidia com o que Manuel Delgado chamou de vida ainda não totalmente urbana:

O oposto da urbanidade não é a ruralidade – como pode parecer –, mas sim uma forma de vida na qual regista-se uma estrita conjugação entre a morfologia espacial e a estruturação das funções sociais, e que pode associar-se por outro lado ao conjunto de fórmulas de vida social baseadas em obrigações rotineiras, uma distribuição clara de papeis e acontecimentos previsíveis, fórmulas que costumam agrupar-se sob a epígrafe de tradicionais ou pré-modernas (Delgado, 1999, p. 24).

No entanto, em geral as comunidades inicialmente “pré-modernas”, com o passar do tempo, vão se transformando em mais essencialmente “urbanas” no sentido dado também por Manuel Delgado: “[...] podemos estabelecer a urbanidade como associável ao distanciamento, à insinceridade e à frieza das relações humanas” (Delgado, 1999, p. 24).

A substituição dos moradores que inicialmente ali habitaram por seus descendentes ou por novos habitantes sem um vínculo histórico e emocional com o bairro; o menor número de moradores em cada casa – para as famílias numerosas, antigamente, a rua era uma extensão obrigatória do pequeno espaço doméstico; as mudanças nos modos de vida e a melhoria da habitabilidade da casa – através de mecanismos de controle do conforto térmico; e os instrumentos digitais de lazer e trabalho são todos fatores que afastam o morador da sua rua e das praças, desvalorizando esses espaços como lugares de compartilhamento de atividades cotidianas. Os espaços do coletivo já não são os lugares seguros e acolhedores de outrora, o que acentua a insegurança, a desconfiança do outro e o seu paulatino abandono.

O medo da vandalização dos espaços compartilhados com estranhos e o estranhamento do novo e do desconhecido é sentido especialmente pelas pessoas idosas, como testemunha uma moradora de 90 anos:

As crianças brincavam por aqui, mas não estragavam nada. Agora vêm de todas as partes, e não cuidam as coisas. Tiram as cascas dos troncos das árvores – aqui desta laranjeira pequena. [Também] vêm os da droga [...] a injetar-se aqui ao lado. A vizinha vê e chama a polícia. Temos também o problema dos ocupas: às vezes as pessoas vão à sua cidade natal e quando voltam ocuparam suas casas (moradora de Caño Roto em depoimento à autora, 2020).

No entanto, o espírito de um lugar, ainda que seja uma qualidade inerente a ele, está sujeito a mudanças, está em permanente construção e passa por operações de ressignificação por parte do habitante em um processo de apropriação e enraizamento contínuos. Esse caráter único pode permanecer sólido e apreensível ao longo dos anos, refletindo e acumulando as marcas das pessoas de distintas gerações que o habitaram e o transformaram (Ramos de Robles; Feria Cueva, 2016).

Hoje, 60 anos depois da ocupação dos *Poblados* pelos primeiros moradores, a aparência das residências individuais está muito transformada – resultado, na maior parte das vezes, da execução de melhorias técnicas e necessárias ampliações da área coberta, mas também, em alguns casos, da “personalização” dos moradores com o acréscimo de revestimentos e elementos ornamentais. Mas os espaços coletivos públicos continuam intactos em sua espacialidade e caráter. Em alguns deles os usos foram alterados, abrigando estacionamento por exemplo; e outros, “abandonados”, pois não se constituíram nunca como verdadeiros lugares. No entanto, o aspecto de *pueblo* pitoresco, com entradas e ruas entrevistadas a partir dos espaços comunais rodeados de edifícios, além de pequenas praças reveladas através de passagens labirínticas que transmitem um ar de proteção e sossego, mantém-se para o gozo e a fruição de sucessivas gerações de moradores e visitantes frequentes ou eventuais.



Figura 4 – (a) e (b) Entrevias; (c) Caño Roto. Na rua, extensão da casa e espaço “entre” as casas, ocorre o encontro de membros de diferentes famílias.

Fonte: Fotos da autora.

Desse modo, devido aos especiais atributos espaciais, às qualidades ambientais e às memórias e histórias que suscitam Caño Roto e Entrevías, seu “espírito” pode ser apreendido mesmo por novos moradores. Embora a vida na rua hoje já não seja tão efetiva, a força de sua configuração espacial ainda estimula o uso e a apropriação de seus lugares coletivos.

A rua vira uma extensão da casa, onde os adultos encontram-se nos entardeceres de verão ou nas manhãs ensolaradas de inverno, e as crianças pequenas brincam. As ruas configuradas em Caño Roto e Entrevías conectam diretamente o interior da residência (privado) ao espaço público (comunitário) (Figura 4). Entre a casa e a praça do bairro, é criado o espaço intermediário – *inbetween place*⁸ – no qual os adultos e os idosos podem cuidar das crianças e ao mesmo tempo distrair-se observando a algazarra dos pequenos (Figura 5). Entre o bairro e a cidade que o rodeia, localizam-se espaços fundamentais de ocupação. Muito utilizados, permitem o encontro entre os vizinhos de diferentes comunidades (Figura 6). Há também aqueles espaços de múltipla função e uso: escadas e passagens e ao mesmo tempo bancos – onde os adolescentes e os jovens estabelecem seu território; e jardins “onde corre um ventinho fresco” e os vizinhos se encontram (Figura 7).

Os lugares, sejam ruas, praças, escadarias, muros ou canteiros, são entidades visíveis, realidades plásticas finitas (Smithson; Smithson, 1953) com bordas que limitam um espaço que permite a identificação e o sentimento de pertencimento. Os espaços intermediários são lacunas fundamentais na relação efetiva entre as várias escalas das associações humanas - casa, a rua, o bairro e a cidade – e permitem uma constância na apropriação a partir de um senso de lugar facilmente observável.



Figura 5 – (a) e (b) Entrevías. No espaço “entre” a casa e a praça, ocorre a interação visual entre adultos e idosos e as crianças.

Fonte: Acervo da autora.

⁸ Termo utilizado por Aldo van Eyck para designar o espaço entre os fenômenos gêmeos dentro-fora, grande- pequeno, parte-todo, simplicidade-complexidade etc. Ver por exemplo Van Eyck (1962).



Figura 6 – (a) e (b) Caño Roto. Na periferia do bairro, no espaço de interface “entre” o conjunto residencial e o “resto da cidade”, a ocupação extensiva mostra a vontade e oportunidade dos moradores se encontrarem com o vizinhos de outros bairros.

Fonte: Acervo da autora.



Figura 7 – (a) e (b) Espaços de dupla função: lugares descobertos, desvelados, “entre” outros lugares ocupados por moradores de todas as idades.

Fonte: Acervo da autora.

Considerações Finais

Esta investigação insiste na importância do projeto – arquitetônico e urbano – como um dos fatores fundamentais na construção de uma identificação das pessoas com seu habitat. Através de pesquisa bibliográfica, da análise de projeto, da observação empírica e do relato dos protagonistas, procura demonstrar a efetividade dessa relação de “reconhecimento” quando um projeto apresenta um trabalho cuidadoso com a história e com a cultura.

Os *Poblados Dirigidos Caño Roto* e *Entrevías* representam essa comunhão tão poucas vezes acertada de modernidade e tradição no contexto de proliferação de um *modus operandi* universalista. “Acertar o tom”, nas interpretações dos contextos culturais existentes, sempre foi um desafio para arquitetos e urbanistas. Uma comunhão excessivamente romantizada com comunidades “pré-modernas”, por exemplo, pode levar a uma construção cenográfica, superficial e anacrônica.

No caso em estudo, os dois projetos foram realizados por arquitetos “modernos” que, com uma sólida consciência a respeito da importância da cultura local, reinterpretaram na

periferia de Madrid um modo de vida “pré-moderno”, mas que também respondia aos anseios de progresso e modernidade de uma população que vinha para a cidade à procura de uma melhora da qualidade de vida. Esta comunhão entre o local e o universal, pelo menos nas primeiras décadas de ocupação dos *Poblados*, permitiu uma adaptação menos traumática e a construção bastante natural de identificação com esse novo lugar, por parte dessas pessoas que procediam de zonas rurais. Por outro lado, a evidência da qualidade do projeto como desencadeadora da qualidade de vida, reconhecida pelos moradores, aparece em vários depoimentos e na observação da ocupação dos espaços.

Se, como parece óbvio, o projeto do espaço urbano não determina o comportamento individual e coletivo do morador, ele pode sim criar estímulos e intensificar a inerente capacidade, e necessidade, do ser humano de se relacionar socialmente e, ao mesmo tempo, de ter um lugar no qual se recolher e refugiar.

Entrevías e Caño Roto são conjuntos urbanos de ruas e praças, frutos da sensibilidade de arquitetos que souberam aliar uma proposta moderna em voga na época à gentil humanidade do espaço urbano tradicional das pequenas cidades. Os *Poblados* são conformados por espaços, enfim, que, por sua configuração e escala, potencializam o despertar de um senso de lugar e um sentido de comunidade, permitindo, assim, uma qualidade de vida indiscutível mesmo em conjuntos urbanos periféricos às vezes tão esquecidos pelo poder público.

Referências

- Altman, I.; Low, S. *Human behavior and environments: Advances in theory and research*. New York: Plenum Press, 1992.
- Azpilicueta Astarloa, E. *La Construcción de la Arquitectura de Postguerra en España (1939-1962)*. 2004. Tese (Doctorado em Construcción y Tecnología Arquitectónica) – Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2004.
- Bastida, R. Nuevo edificio propiedad de la Caja de Ahorros Municipal de Bilbao en Guernica (Vizcaya). *Revista Nacional de Arquitectura*, n. 65, p. 189-190, 1947.
- Brasileiro, A. B. H. *Rebatimentos espaciais de dimensões sócio-culturais: ambientes de trabalho*. 2007. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- Calvo del Olmo, J. M. *El Poblado Dirigido de Caño Roto. Dialéctica entre morfología urbana y tipología edificatoria*. 2014. Tese (Doutorado em Proyectos Arquitectónicos) – Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2014. Disponível em: <https://oa.upm.es/32704/>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- Cánovas Alcaraz, A.; Ruiz Bernal, F. *Poblado dirigido de Caño Roto (fases I y II)*. Madrid: Ministerio de Fomento-Cedex, 2013.
- Cervero Sánchez, N. Repercusión de la rehabilitación de un conjunto residencial en su integración urbana: el caso de caño roto. *Revista Urbano*, n. 36, p. 92, 2017.
- Comas, C. E. Cidade funcional versus figurativa. *AU*, n. 9, p. 64-66, 1986.
- Cuadernos de Arquitectura. Barcelona: Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, 1948-1956.
- Cuadernos de Vivienda. GIVCO Grupo de Investigación Vivienda Colectiva. DPA ETSAM. Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2009–atual.
- Delgado, M. *El animal público*. Hacia una antropología de los espacios urbanos. Barcelona: Anagrama, 1999.
- Duarte, C. R. S. Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.
- Fernández-Galiano, L.; Isasi, J.; Lopera, A. *La quimera moderna: Los poblados Dirigidos de Madrid en la arquitectura de los 50*. Madrid: Hermann Blume, 1989.

- García-Izquierdo Carmena, B. A. El habitante. Transformaciones del modelo en Caño Roto. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2016.
- González-Blanch, M. P. G. *Tipología de vivienda en los Pobladados Dirigidos de Renta Limitada: Madrid 1956-1959*. 2013. Tese (Doctorado em Ideación Gráfica Arquitectónica) – Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2013. Disponível em: <https://oa.upm.es/20288/>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- Hashemnezhad, H.; Heidari, A. A.; Hoseini, P. M. "Sense of Place" and "Place Attachment": A Comparative Study. *International Journal of Architecture and Urban Development*, v. 3, n. 1, p. 5-12, 2013.
- Izasi, J. Los poblados en el urbanismo y la vivienda de la pós-guerra. In: Fernández-Galiano, L.; Isasi, J.; Lopera, A. *La quimera moderna: Los poblados dirigidos de Madrid en la arquitectura de los 50*. Madrid: Hermann Blume, 1989. p. 95- 131.
- Jacobs, J. *The death and life of great American Cities*. New York: Vintage, 1961.
- Jacques, P. B. (org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- Lazcano López, J. La construcción de Caño Roto. In: Cánovas Alcaraz, A.; Ruiz Bernal, F. *Poblado dirigido de Caño Roto (fases I y II)*. Madrid: Ministerio de Fomento-Cedex, 2013. p 63-68.
- Manzo, L. C.; Perkins, D. D. Finding common ground: The importance of place attachment to community participation and planning. *Journal of planning literature*, v. 20, v. 4, p. 335-350, 2006.
- Marconi, M.; Lakatos, E. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1996.
- Martínez Lorea, I.; Maira Vidal, M. M. Una isla en mitad de la metrópolis. Vida social y patrimonio urbano en el Poblado Dirigido de Fuencarral. *Ciudad y territorio-Estudios Territoriales*, v. 51, n. 199, p. 119-132, 2019.
- Montaner, J. M. *Después del movimiento moderno: Arquitectura de la segunda mitad del siglo*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.
- Moya, L. *Barrios de Promoción Oficial, Madrid 1939-1976*. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1984.
- Norberg-Schulz, C. *Existence, Space and Architecture*. New York: Praeger, 1971.
- Norberg-Schulz, C. The phenomenon of place. *Architectural Association Quarterly* 8, n. 4, p. 3-10, 1976.
- Norberg-Schulz, C. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980.
- Palacios, A. Ante una moderna arquitectura, *Revista Nacional de Arquitectura*, n. 47 y 48, p. 405-412, 1945.
- Ramos de Robles, S. L.; Feria Cueva, Y. La noción de sentido de lugar: una aproximación por medio de textos narrativos y fotografías. *Innovación Educativa*, v. 16, n. 71, 2016.
- Relph, E. A Pragmatic Sense of Place. *Environmental & Architectural Phenomenology*, v. 20, n.3, p. 24-31, 2009.
- Revista Nacional de Arquitectura. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1949-1956.
- Sanz Alarcón, J. P. *De la ciudad a la estancia. Casas con patio en la vivienda social madrileña (1956-1961)*: Saénz de Oíza y Vázquez de Castro. 2015. Tese (Doctorado en Proyectos Arquitectónicos) – Universidade Politécnica de Madrid, Madrid, 2015. Disponível em: <http://oa.upm.es/39872/>. Acesso em: 29 nov. 2023.s
- Smithson, A. *Manual del Team 10*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966.
- Smithson, A.; Smithson, P. An urban Project. *Architect's Yearbook*, v. 5, p. 49-55, 1953.
- Smithson, A.; Smithson, P. Cluster City: a new shape for the Community. *The Architectural Review*, p. 333-336, 1957.
- Tuan, Y. F. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.
- Tuan, Y. F. *Topophilia. A study of environmental perception, attitudes and values*. New York: Columbia University Press, 1990.
- Van Eyck, A. Steps toward a configurative discipline. *Forum*, n. 3, p. 348-360, ago. 1962.
- Vazquez de Castro, A. [Entrevista cedida à] Celia Helena Castro Gonsales. Madri, novembro, 2019.